

Audiências com os partidos políticos com assento na AR.

A Associação Nacional de Professores esteve presente nos dias 10 e 11 de Janeiro na Assembleia da República, em Lisboa, em audiências com o PCP, a IL, o PSD e o BE, tendo sido representada pela sua presidente, Paula Figueiras Carqueja, e vice-presidente, Armindo Cancelinha, que foram cordialmente recebidos pelos deputados e assessores dos referidos partidos.

Dado que se avizinha um ato eleitoral, impunha-se reunirmo-nos com os diversos partidos com assento na Assembleia da República, com vista à apresentação dos contributos da ANP para a melhoria da Educação em Portugal, o que foi efetuado num clima de tranquilidade, proximidade e disponibilidade. A nossa exposição foi recebida com agrado, tendo sido salientada a sua pertinência, abrangência e sistematização.

A ANP esteve ainda representada no dia 11, no Campus da Justiça, em Lisboa, a convite da Sra Ministra da Justiça, para participar na apresentação da Estratégia Nacional para os Direitos das Vítimas.

Aguardamos a marcação de audiências com os restantes partidos com assento na Assembleia da República.

Braga, 15 de janeiro de 2024

CGA (Caixa Geral de Aposentações)

A Associação Nacional de Professores em 16/11/2023 manifestou a sua indignação e repúdio pelo processo, sem precedente, referente à suspensão de reinscrição de trabalhadores na CGA, nomeadamente dos docentes, questionando a Sr.^a Ministra do Trabalho e o Sr. Diretor da CGA sobre esta posição.

Até à presente data não obteve qualquer resposta.

Assim, a ANP colocando-se ao lado de todos os docentes que viram a sua reinscrição suspensa por decisão governativa, informa todos os associados que pretendam intentar ações judiciais contra a CGA que devem preencher o inquérito em anexo (link):

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSfpt_DIVABw6aMkH436Z2HECx-w0fg1YFnRPcbGVzMAfb4TWQ/viewform

Cada associado fará o pagamento das custas judiciais*, ficando os demais encargos do processo com a ANP.

*Documento único de cobrança inicial no valor de 51€ (cinquenta e um euros), liquidado pelo próprio, após o envio do DUC onde consta a referência para pagamento.

Lamentamos que o Governo tenha tomado esta decisão, provocando mais um mal-estar na classe docente, atentando contra os seus direitos e ao arrepio das decisões dos Tribunais.

Para qualquer questão suscitada agradecemos que entrem em contacto com a ANP.

Braga, 15 de janeiro de 2024